

METRO DO PORTO, S.A.

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO TRIMESTRAL  
PERÍODO DE 01 DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 2009

METRO DO PORTO, S.A.

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO TRIMESTRAL

PERÍODO DE 01 DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 2009

ÍNDICE

	<u>Pág. n°(s).</u>
1. INTRODUÇÃO	3
2. ASPECTOS RELEVANTES DO SEMESTRE	4
3. ANÁLISE DAS CONTAS	
3.1 - Contas de Balanço	5
3.2 - Contas de Resultados	7
4. ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS	
4.1 - Orçamento de Investimentos	8
4.2 - Financiamento	9
4.3 - Orçamento de Exploração	10
5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	12
6. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES LEGAIS REFERENTES ÀS EMPRESAS PÚBLICAS	13
7. NOTAS FINAIS	14
8. ANEXOS: (Balanço e Demonstração dos Resultados)	16

## 1.INTRODUÇÃO

O presente relatório foi elaborado em cumprimento do determinado no Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, no Despacho n.º 14 277/2008, de 14 de Maio, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 99, de 23 de Maio, e no n.º 2 do Artigo 25.º dos Estatutos da Empresa.

O primeiro regime jurídico da exploração de um sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto, atribuindo a exploração desse sistema, a uma sociedade anónima de capitais públicos, em regime exclusivo, foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 71/93, de 10 de Março.

Inicialmente denominada como “Metro da Área Metropolitana do Porto, S.A.”, a sociedade “Metro do Porto, S.A.”, foi constituída em 06 de Agosto de 1993, tendo por objecto a exploração de um sistema de metro ligeiro na AMP. No âmbito desse objecto compreende-se a construção das infra-estruturas do empreendimento e a aquisição dos equipamentos e material circulante, além da própria exploração já referida.

No decurso do desenvolvimento do projecto, o regime jurídico inicial foi objecto de algumas alterações, onde se destaca a publicação do Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de Dezembro que revogou o Decreto-Lei n.º 71/93 e criou novos Estatutos para a sociedade. Os Estatutos foram mais tarde reformulados pelo Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de Setembro, ficando o capital social a ser de € 5 000 000, e a sede a situar-se na Avenida Fernão de Magalhães, n.º 1 862 – 7º Andar, no Porto. Mais tarde, pela Deliberação Social Unânime por Escrito, datada de 25 de Março de 2008, os Estatutos sofreram diversas alterações, das quais salientamos o aumento do capital social de € 5 000 000 para € 7 500 000, a nova estrutura accionista e a reformulação da estrutura da administração e fiscalização, onde se evidencia a substituição do Fiscal Único por um Conselho Fiscal composto por três membros efectivos e um suplente. Os Estatutos foram republicados pelo Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de Outubro.

Após a referida Deliberação Social Unânime por Escrito, a estrutura accionista da Empresa passou a ter a seguinte composição:

Accionistas	Participação no Capital
Estado Português	40,0000%
Área Metropolitana do Porto	39,9993%
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A	16,6667%
CP - Caminhos de Ferro Portugueses	3,3333%
Câmara Municipal de Gondomar	0,0001%
Câmara Municipal da Maia	0,0001%
Câmara Municipal de Matosinhos	0,0001%
Câmara Municipal do Porto	0,0001%
Câmara Municipal da Póvoa de Varzim	0,0001%
Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	0,0001%

Pelo Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de Dezembro, foi instituído um Acordo Parassocial dos accionistas da Metro do Porto, S.A., posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de Setembro. Este Acordo Parassocial continua a manter-se em fase de revisão.

Este mesmo Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de Dezembro, estabeleceu as bases da Concessão, por um período de 50 anos, tendo sido, posteriormente, objecto das alterações decorrentes da Lei n.º 161/99, de 14 de Setembro, do Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de Setembro, do Decreto-Lei n.º 249/2002, de 19 de Novembro, do Decreto-Lei n.º 33/2003, de 24 de Fevereiro, do Decreto-Lei n.º 166/2003, de 24 de Julho, do Decreto-Lei n.º 233/2003, de 27 de Setembro e do Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de Outubro.

A realização de operações de leasing de equipamento afecto ao sistema foi permitida pelo Decreto-Lei n.º 249/2002, de 19 de Novembro.

O financiamento da concessão, em conformidade com a Base XIII, das Bases da Concessão do sistema de metro ligeiro da Área Metropolitana do Porto, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de Outubro, é assegurado:

- Pelas receitas decorrentes da actividade da concessionária;
- Pelas dotações do Orçamento do Estado, de fundos de origem comunitária, de empréstimos contraídos, de contribuições de capital, de entradas de fundos, suprimentos e prestações acessórias de capital realizadas pelos seus accionistas;
- Eventualmente, por produto de empréstimos a contrair pela empresa.

O presente relatório tem como principal suporte os Balancetes do Razão mensais, as Demonstrações Financeiras de Junho e as Notas Técnicas emitidas pelo Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão, que contêm as Informações de Gestão de Abril, Maio e Junho de 2009, sendo estas últimas analisadas em reuniões do Conselho de Administração.

## 2. ASPECTOS RELEVANTES DO SEMESTRE

Salienta-se que, até ao final do segundo trimestre de 2009, registaram-se cerca de 26,6 milhões de validações, superiores em 4,3% às registadas em igual período de 2008.

## 3. ANÁLISE DAS CONTAS

A Empresa adopta os princípios e critérios constantes do Plano Oficial de Contabilidade e das Directrizes Contabilísticas aplicáveis, impondo-se o princípio contabilístico do custo histórico. A divulgação das demonstrações financeiras adopta, por vezes, com carácter supletivo, as normas internacionais de relato financeiro (IFRS).

Na valorização dos investimentos financeiros da Empresa é utilizado o método da equivalência patrimonial.

O sistema informático utilizado é um programa da Sage.

Procedemos, seguidamente, à análise dos desvios mais relevantes em relação aos saldos do fim do exercício anterior, nas contas de balanço, e aos saldos do período homólogo de 2008, nas contas de resultados.

Neste relatório evidenciamos apenas os desvios de saldos iguais ou superiores a M€ 10 nas contas de balanço e de M€ 5 nas contas de resultados, salvo exceções em algumas contas relevantes.

### 3.1 - CONTAS DE BALANÇO

#### 3.1.1 Empréstimos Obtidos

No primeiro semestre de 2009, o saldo desta rubrica teve a seguinte evolução:

(valores em euros)

	Valor em dívida em 31/12/2008	Aumento/redução 1.º trimestre de 2009	Aumento/redução 2.º trimestre de 2009	Valor total utilizado
BEI-Médio e Longo Prazo	767.039.069	0	30.000.000	797.039.069
Financiamento Bancário				
-Médio e Longo Prazo	967.000.000	0	0	967.000.000
BEI-Curto Prazo	6.650.639	0	0	6.650.639
Financiamento Bancário				
-Curto Prazo	25.426.445	61.055.957	5.290.000	91.772.402
	1.766.116.153	61.055.957	35.290.000	1.862.462.110

Verificou-se, no segundo trimestre de 2009, um aumento do endividamento bancário da Empresa, no valor de m€ 35 290, conforme se apresenta a seguir:

- O aumento do endividamento bancário de médio e longo prazo foi de m€ 30 000, valor remanescente de um contrato de financiamento com o Banco Europeu de Investimento.
- O endividamento bancário de curto prazo teve um aumento global de m€ 5 290, respeitante aos seguintes movimentos:
  - ✓ utilização de m€ 10 000, do contrato de conta corrente com a Caixa Geral de Depósitos

*Handwritten marks:*  
D  
h

- ✓ redução de valor nos seguintes contratos de conta corrente anteriormente negociados com os bancos:

	m€
Millennium BCP	1.430
BPI	190
Santander	220
BPN	2.870
	<u>4.710</u>

Tomando em consideração apenas as dívidas às instituições financeiras, conclui-se que estas operações não ultrapassam o endividamento orçamentado.

Na verdade, o endividamento orçamentado é de:

	M€
Montante em dívida dos empréstimos obtidos até 31/12/2008	1 766,116
Montante máximo para a contratação de novos financiamentos, em 2009, estabelecido com as Tutelas	470,000
Limite máximo aprovado para o endividamento bancário em 31-12-2009	<b>2 236,116</b>

E o endividamento real, em 30/06/2009, foi de:

Montante em dívida dos empréstimos obtidos até 30/06/2009	<b>1 862,462</b>
Saldo disponível para endividamento adicional	<b>373,654</b>

O acréscimo da dívida às instituições financeiras está aprovado pelas Tutelas, pelo que consideramos cumprido o disposto no art.º 5º do Acordo Parassocial (embora a sua aplicabilidade esteja prejudicada, dado o valor negativo da Situação Líquida) e o n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 558/99, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto.

### 3.1.2 Imobilizações em Curso

Esta rubrica, que possui um saldo de m€ 328 918, revela um aumento de m€ 74 363 (29%), que se decompõe em m€ 3 890 de imobilizações incorpóreas e m€ 70 473 em de imobilizações corpóreas, reflectindo o andamento das obras de construção em curso.

### 3.1.3 Prestações do Concedente

Esta conta teve um aumento de m€ 28 037, referente a transferências efectuadas pelo FEDER (m€ 19 731) e pelo Fundo de Coesão (m€ 8 306), tendo o saldo passado de m€ 478 961, em 31 de Dezembro de 2008, para m€ 506 998, em 30 de Junho de 2009.

O montante recebido do FEDER é já líquido de correcções financeiras decorrentes do processo de auditoria que incidiu sobre este projecto.

## 3.2 - CONTAS DE RESULTADOS

### 3.2.1 Custos e Perdas

#### 3.2.1.1 Fornecimentos e Serviços Externos

Em Junho de 2009 o saldo desta conta ascendia a m€ 50 224, dos quais m€ 24 734 (49%) dizem respeito a subcontratos com o Normetro - ACE (+m€ 2 496 do que em 2008), relacionados com a operação comercial de exploração da actividade de transporte de passageiros.

Os restantes 51% referem-se, essencialmente, a rendas de leasing de veículos do Metro ligeiro (m€ 8 421), conservação e reparação (m€ 7 283), vigilância e segurança (m€ 2 042) e a trabalhos especializados (m€ 5 122).

A variação em relação a Junho de 2008 é de m€ 10 555 (27%), a qual resulta, fundamentalmente, do aumento dos subcontratos e da conservação e reparação.

Os custos dos Fornecimentos e Serviços Externos estão sobreavaliados porque a subconta de conservação e reparação inclui a totalidade dos valores de revisão geral dos veículos Eurotram (m€ 6 383 até 30 de Junho), quando está previsto no orçamento para 2009 repartir estes custos por 5 exercícios.

#### 3.2.1.2 Impostos

Em relação à posição actual dos processos de contra-ordenação, decorrentes da acção inspectiva da Inspecção Tributária, já referida no Relatório do 1.º trimestre de 2009, não temos conhecimento de quaisquer novos desenvolvimentos.



Solicitada uma certidão ao Serviço de Finanças 1 do Porto, sobre a situação tributária da empresa, foi indicado nesse documento, datado de 28/05/2009, que a Metro do Porto não tinha a sua situação tributária regularizada, no total de M€ 1,8.

Segundo informação obtida, esse montante diz respeito a IVA deduzido nas obras de requalificação urbana levadas a cabo pela empresa.

### 3.2.1.3 Custos e Perdas Financeiros

Esta rubrica, constituída essencialmente por juros, teve uma redução de m€ 7 796 (24%) em relação a igual período de 2008, que resulta, essencialmente, da redução generalizada das taxas de juro.

## 4. ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS

### 4.1 ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

No primeiro semestre de 2009, a Metro do Porto realizou investimentos no montante de M€ 63,3 (24,1% do orçamento anual), tendo realizado M€ 24,1 no primeiro semestre de 2008.

Até 30 de Junho o investimento plurianual, no Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto, ascende a M€ 2 060 (líquidos da alienação do material circulante).

Neste semestre, os montantes mais significativos da execução orçamental verificaram-se nas rubricas seguintes:

(valores em m€ )

Rubricas	Execução/Valor	Execução/percentagem
Revisão de preços e outros inerentes	20 058	95,2%
Duplicação da linha da Trofa	1 424	20,3%
Material circulante - duplicações	10 603	28,7%
Outros	10 386	21,7%
Adaptações no PMO de Guifões	4 224	51,5%
Linha Antas-Cabanas	12 353	17,6%
Estudos com outros projectos	1 907	50,4 %

Handwritten marks: a circled 'H', a checkmark, and the number '5'.



Na rubrica Revisão de preços e outros inerentes a execução foi de m€ 20 058 (95,2% do orçamento anual) e compreende expropriações de terrenos e recursos naturais (m€ 7 152), trabalhos a mais (m€ 12 512) e revisão de preços (m€ 394).

A execução orçamental na Duplicação da linha da Trofa, no valor de m€ 1 424 (20,3% do orçamento), refere-se, essencialmente, a expropriações (m€ 994) e a compatibilização urbana (m€ 429).

A despesa de investimento na rubrica Material circulante - duplicações atingiu o valor de m€ 10 603 (28,7% do orçamento).

O investimento na rubrica Outros foi, no primeiro semestre, de m€ 10 386 (21,7% do orçamento), distribuindo-se por trabalhos de compatibilização urbana, infra-estruturas e arruamentos nas linhas A, B, C e D (m€ 4 890), nova fiscalização (m€ 2 271), custos financeiros (m€ 1978), custos gerais (m€ 688) e outros pequenos investimentos, realizados com outros fornecimentos e serviços externos, estudos e projectos e videovigilância de veículos (m€ 559).

Nas Adaptações do Parque de Manutenção e Oficinas de Guifões a despesa de investimento no montante de m€ 4 224 (51,5% do valor orçamentado para 2009), refere-se a obras de adaptação para possibilitar a recepção, estacionamento e manutenção dos novos veículos de material circulante, tram-train.

Quanto à Linha Antas- Cabanas (Gondomar) foram já investidos em 2009 m€ 12 353 (17,6% do orçamento anual), compreendendo expropriações (m€ 9 227), infra-estrutura (m€ 2 757), estudos, projectos e fiscalização (m€ 190) e outros valores de pequena relevância (m€ 179).

Nos Estudos com outros projectos, foram investidos, no primeiro semestre de 2009, m€ 1 907, o que corresponde uma execução de 50,4% do orçamento anual.

Foram efectuados investimentos diminutos, que não estavam orçamentados, no valor de m€ 15, referentes à linha Matosinhos-Exponor (m€ 4) e a indemnização a comerciantes (m€ 11), que consideramos irrelevantes.

#### 4.2 FINANCIAMENTO

Foi orçamentado para 2009 o montante de m€ 200 606, de diversas proveniências, para o financiamento dos projectos aprovados, o que fica aquém do investimento global previsto para 2009, no valor de m€ 263 010.

## 4.3 ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO

Apresenta-se a seguir o quadro relativo à exploração:

Orçamento de exploração/2009

(valores em m€)

DESCRIÇÃO	Orçamento Anual 2009	Real 2009 até 30 de Junho	Desvios	Execução %
<b>Custos e Perdas</b>				
Fornecimentos e serviços externos	89.675	50.224	39.451	56%
Custos com o Pessoal	7.031	2.587	4.444	37%
Amortizações e ajustamentos do exercício	54.000	25.944	28.056	48%
Impostos	3.526	1.040	2.486	29%
Outros custos e perdas operacionais	28	22	6	79%
Custos e perdas financeiros	90.000	24.558	65.442	27%
Custos e perdas extraordinários	0	228	-228	100%
Imposto s/o rendimento exercício	32	0	32	0%
<b>Total de custos e perdas</b>	<b>244.291</b>	<b>104.603</b>	<b>139.688</b>	<b>43%</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>				
Prestações de serviços	37.995	17.150	20.845	45%
Proveitos suplementares	48	34	14	71%
Subsídios à exploração (a)	12.670	5.587	7.083	44%
Trabalhos para a própria empresa	13.852	0	13.852	0%
Proveitos e ganhos financeiros	795	106	689	13%
Proveitos e ganhos extraordinários	621	705	-84	114%
<b>Total de proveitos e ganhos</b>	<b>65.980</b>	<b>23.582</b>	<b>42.398</b>	<b>36%</b>
Resultado líquido do exercício	-178.310	-81.021	-97.289	

(a) referentes a IC's pelo serviço de transporte.

A análise da execução do orçamento de exploração, neste primeiro semestre de 2009, merecem os seguintes comentários:

- Fornecimentos e Serviços Externos: Os custos com esta rubrica correspondem a 56% do valor orçamentado para o exercício, evidenciando um agravamento. O desvio apurado tem como principais causas:
  - ✓ o aumento dos custos da operação comercial (Normetro), que excedeu em 9% o valor previsto para o semestre;
  - ✓ o elevado valor (m€ 6 383) registado nas despesas de conservação e reparação respeitadas à revisão geral dos veículos Eurotram. No entanto, de acordo com o referido no orçamento e na Informação de Gestão de Junho os valores referentes à revisão geral dos veículos Eurotram vão ser repartidos por 5 exercícios. Portanto, no final de 2009, os custos contabilizados nesta rubrica, durante todo o exercício, reduzir-se-ão a 1/5, diferindo-se 4/5 destes custos.
  - ✓ o aumento das despesas de vigilância e segurança
- Custos com o Pessoal: A realização orçamental no primeiro semestre corresponde a 37% do valor orçamentado para o exercício. A não especialização mensal dos encargos com o pessoal explica o essencial do desvio apurado.

Com efeito, o valor indicado no orçamento anual inclui as remunerações a pagar, em 2009, e os encargos com férias e subsídio de Natal. No entanto, nos mapas de realização mensal, elaborados com bases nos registos contabilísticos, não é efectuada a especialização mensal destes encargos. Apenas estão incluídos os valores pagos, sendo que no fim do exercício é regularizada a diferença entre os custos previstos e os efectivamente pagos ao longo do ano.

- Impostos: Até ao final do primeiro semestre de 2009 foram registados apenas 29% dos custos com impostos, previstos no orçamento anual. A fraca realização deve-se ao facto de no primeiro trimestre terem sido realizadas muito menos despesas com imposto do selo de juros e contratos do que as previstas.
- Custos e Perdas Financeiros: Apesar de ter ocorrido um aumento do financiamento bancário no período de Dezembro de 2008 a Junho de 2009, no valor m€ 96 346, os custos e perdas financeiros tiveram uma redução em relação ao orçamentado, que decorre, essencialmente do abaixamento generalizado das taxas de juro.
- Subsídios à Exploração: Até 30 de Junho de 2009, a execução orçamental foi de m€ 5 587 (44% do orçamento) e está dentro dos valores previstos para o exercício. No entanto, o valor das indemnizações compensatórias para 2009 ainda não foi fixado pelo Governo. Por este motivo, o valor registado pela contabilidade da Empresa é estimado e teve como referência o montante atribuído em 2008.
- Trabalhos para a Própria Empresa: No semestre, não foi registado qualquer valor nesta rubrica, porque a Empresa tem como procedimento habitual a relevação destes custos apenas no final do exercício.

 6

## 5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

### 5.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA

O resultado líquido no final de Junho de 2009 foi negativo (- m€ 81 021), tendo sido apurado um resultado, também negativo em igual período de 2008 (- m€ 80 618), o que corresponde a um agravamento de m€ 402 (0,5%).

A Empresa registou custos totais no montante de m€ 104 603, que representam um crescimento de 2% relativamente a Junho de 2008. Os proveitos totais atingiram o valor de m€ 23 582, com um aumento de 7%, em relação a igual período de 2008.

Já nos resultados operacionais, a Metro apurou um resultado negativo de m€ 57 046, contra m€ 48 699 até Junho de 2008, também negativos, o que representa um agravamento de 17%.

O agravamento dos resultados líquidos em relação a 2008 foi influenciado, essencialmente, pelos Fornecimentos e Serviços Externos (+m€ 10 555) e pelas Amortizações e Ajustamentos do Exercício (+m€ 707). Em sentido contrário, relevam-se, especialmente, os Impostos (-m€ 1 682), os Custos e Perdas Financeiros (-m€ 7 796), as Prestações de Serviços (+m€ 771) e os Proveitos e Ganhos Extraordinários (+m€ 652).

### 5.2 SITUAÇÃO FINANCEIRA

No segundo trimestre de 2009 o auto-financiamento foi negativo de m€ 55 077, sendo também negativo, de m€ 55 381, em Junho de 2008.

Em 30 de Junho o Passivo regista o montante de cerca de m€ 2 229 367, apresentando, no fim de 2008, cerca de m€ 2 129 309, a que corresponde um aumento de m€ 100 057 (5%). Esta alteração decorre, por um lado, do aumento de dívidas de médio e longo prazo a instituições de crédito (+m€ 30 000), dívidas de curto prazo a instituições de crédito (+m€ 66 346), dívidas a fornecedores c/c (+m€ 8 484), fornecedores de imobilizado c/c (+m€ 12 172) e Estado e outros entes públicos (+m€ 186) e, por outro, da diminuição de dívidas a outros credores de curto prazo (-m€ 7 356), acréscimos de custos (-m€ 7 785) e proveitos diferidos (- m€ 1 900).

Os sucessivos resultados líquidos negativos apurados têm vindo a tornar cada vez mais negativa a Situação Líquida da Metro do Porto que, em 30 de Junho de 2009, ascendia a - m€ 121 204, mesmo não reconhecendo no Passivo as Prestações do Concedente (m€ 506 998).

## 6. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES LEGAIS REFERENTES ÀS EMPRESAS PÚBLICAS

6.1. Deveres especiais de informação previstos no Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto e regulados pelo Despacho n.º 14277/2008, de 23/05, do Ministro do Estado e das Finanças:

A empresa cumpriu os deveres definidos, com o envio à Inspeção Geral de Finanças, à Direcção Geral do Tesouro e Finanças e à Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, dos seguintes documentos:

- a) Plano de actividades anuais e plurianuais;
- b) Orçamento anual para 2009;
- c) Plano de investimentos anuais e plurianuais;
- d) Documento de prestação anual das contas individuais acompanhadas dos relatórios dos auditores externos e do relatório anual de fiscalização do Revisor Oficial de Contas.
- e) Relatórios trimestrais de execução orçamental elaborados pela Empresa e pelo órgão de fiscalização, estes últimos com algum atraso. Como o órgão de fiscalização aguarda a elaboração definitiva da relevação contabilística, os respectivos relatórios não seguem ao mesmo tempo que o relatório trimestral de execução orçamental enviado pelo Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão;
- f) Cópia da acta da Assembleia Geral Anual.

Por outro lado, a Metro do Porto tem vindo a assegurar a inserção no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF), da generalidade da informação de natureza económica e financeira necessária.

Tivemos conhecimento, pela Administração da Empresa, de que ainda não foram estabelecidas as orientações estratégicas e os objectivos de gestão anuais para o período 2009-2010, mas que estariam em fase final de aprovação.

6.2. RCM n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro - Prazo médio de pagamentos (PMP)

No final do trimestre o PMP da empresa foi de 80 dias, conforme informação publicitada no site da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, o que representa uma redução de 70 dias face ao período homólogo do ano anterior (150 dias).

A avaliação do grau de cumprimento dos objectivos de prazo de pagamento a fornecedores é feita anualmente, com base na variação homóloga do PMP registado no final do 4.º trimestre do ano. No entanto, a título indicativo, pode referir-se que a redução do PMP antes referida corresponde a um decréscimo de 34,9%, traduzindo a superação do objectivo estipulado na RCM n.º 34/2008, que fixou uma redução entre 15% e 25% para as empresas com PMP superior ou igual a 45 dias.

### 6.3. RCM n.º 49/2007, de 28 de Março - Princípios de bom governo

Pela análise efectuada, a empresa cumpre na generalidade os Princípios de Bom Governo fixados pela RCM n.º 49/2007.

Apenas há algumas lacunas, nomeadamente na inexistência do Plano de Igualdade e do Código de Ética, que o Conselho de Administração se propõe elaborar ainda em 2009.

## 7. NOTAS FINAIS

A Metro do Porto apresenta uma Situação Líquida negativa desde 30 de Junho de 2008, situação que aconselha a implementação de solução com vista ao reforço da cobertura do capital da empresa.

A Situação Líquida negativa, mesmo incluindo as Prestações do Concedente (m€ 506 998), tem como consequência o incumprimento do disposto no Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Acresce que, neste condicionalismo, o cumprimento rigoroso do Artigo 5º do Acordo Parassocial – que exige que qualquer acto ou contrato cujo impacte financeiro global para a MP que seja superior a 5% dos capitais próprios, tenha o acordo do accionista Estado - inviabilizaria a gestão corrente da Empresa, justificando-se, em nosso entender, a conclusão da revisão do Acordo Parassocial, no que diz respeito ao referido artigo.

Fomos informados pelo Conselho de Administração que as Tutelas indicaram um montante máximo de financiamento para 2009, de M€ 470.

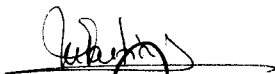
Em relação ao endividamento bancário, com excepção do Artigo 5º do Acordo Parassocial, não ocorreram situações de incumprimento da legislação que tivesse imposto o pedido prévio de autorização ao Estado, porquanto todos os financiamentos estavam a coberto do orçamento inicial e posteriores ajustamentos.

Não foi, ainda, formalizado o contrato de prestação de serviço público, previsto na Base XV das Bases da Concessão, em que o Estado atribuirá à Empresa compensações financeiras pela prestação de serviço de interesse geral. Esta situação tem provocado acumulação de prejuízos anuais que a sociedade dificilmente terá capacidade de suportar. O auto-financiamento foi negativo, neste segundo trimestre, no valor de m€ 55 077.

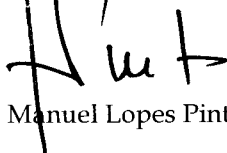
Tendo em consideração o elevado passivo financeiro, resultante da construção das infraestruturas da primeira fase do sistema de metro ligeiro do Porto, que não dispuseram do necessário financiamento próprio, será desejável que, a breve prazo, sejam tomadas medidas com vista à resolução deste problema, com reflexos fortemente negativos nos custos financeiros e na Situação Líquida da Empresa.

Porto, 10 de Setembro de 2009

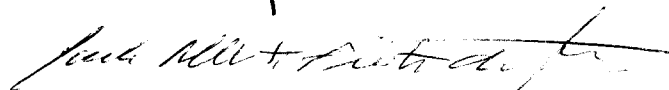
O Conselho Fiscal



Dra. Maria Fernanda Joanaaz Silva Martins - Presidente



Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto - Vogal



António Magalhães & Carlos Santos - S.R.O.C., representada  
por Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº177 - Vogal

**8. ANEXOS: BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

h  
h  
h



EMPRESA: METRO DO PORTO, S.A.

BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 2009

Unidade: EUROS

Codigo das contas	Activo	2009			Dezembro 2008
		AB	AA	AL	AL
	<b>Imobilizado</b>				
	<b>Imobilizações incorpóreas:</b>				
431	Despesas de instalação.....	84.533.605	8.781.985	75.751.620	76.747.728
432	Despesas de investigação e desenvolvimento.....				
433	Propriedade industrial e outros direitos.....				
434	Trespases.....				
441/6	Imobilizações em curso.....	101.163.954		101.163.954	97.274.282
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas.....				
		185.697.559	8.781.985	176.915.574	174.022.010
	<b>Imobilizações corpóreas:</b>				
421	Terrenos e recursos naturais.....	136.469.819		136.469.819	136.469.819
422	Edifícios e outras construções.....	1.265.587.934	169.781.793	1.095.806.140	1.115.544.441
423	Equipamento básico.....	234.196.235	35.432.946	198.763.289	203.631.537
424	Equipamento de transporte.....	813.318	651.318	162.000	273.984
425	Ferramentas e utensílios.....	281.642	281.643	0	11.197
426	Equipamento administrativo.....	2.785.167	2.631.034	154.133	216.475
427	Taras e vasilhame.....				
429	Outras Imobilizações Corpóreas.....	6.831.917		6.831.917	6.831.917
441/6	Imobilizações em curso.....	227.753.831		227.753.831	157.280.285
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas.....				
		1.874.719.863	208.778.734	1.665.941.129	1.620.259.655
	<b>Investimentos financeiros:</b>				
4111	Partes de capital em empresas do grupo.....	1.467		1.467	1.467
4121+4131	Empréstimos a empresas do grupo.....				
4112	Partes de capital em empresas associadas.....	324.320		324.320	324.320
4122+4132	Empréstimos a empresas associadas.....				
4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras.....				
	Outros empréstimos concedidos.....				
441/6	Imobilizações em curso.....				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros.....				
		325.788		325.788	325.788
	<b>Circulante:</b>				
	<b>Existências</b>				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo.....				
35	Produtos e trabalhos em curso.....				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos.....				
33	Produtos acabados e intermédios.....				
32	Mercadorias.....				
37	Adiantamentos por conta de compras.....				
	<b>Dividas de terceiros - Curto prazo:</b>				
211	Clientes c/c.....	7.305.252		7.305.252	8.176.441
212	Clientes - Títulos a Receber.....				
218	Clientes de cobrança duvidosa.....				
253+254	Empresas participadas e participantes.....	28.676		28.676	28.675
251+255	Outros Accionistas (sócios).....	1.784		1.784	1.784
229	Adiantamentos a fornecedores.....				284.078
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado.....				
24	Estado e outros entes públicos.....	19.131.928		19.131.928	14.070.512
262+266/8+221	Outros devedores.....	1.130.310		1.130.310	1.739.794
264	Subscritores de capital.....	177.250		177.250	177.250
		27.775.199		27.775.199	24.478.533
	<b>Títulos negociáveis:</b>				
1511	Acções em empresas do grupo.....				
1521	Obrigações e tit. de participação em empresas do grupo.....				
1512	Acções em empresas associadas.....				
1522	Obrigações e tit. de participação em empresas associadas.....				
1513+1523+153/9	Outros títulos negociáveis.....				
18	Outras aplicações de tesouraria.....				
	<b>Depósitos bancários e caixa</b>				
12+13+14	Depósitos bancários.....	1.182.957		1.182.957	1.148.694
11	Caixa.....	1.520		1.520	1.520
		1.184.477		1.184.477	1.150.214
	<b>Acrescimos e diferimentos:</b>				
271	Acrescimos de proveitos.....	8.675.006		8.675.006	4.336.225
272	Custos diferidos.....	227.346.535		227.346.535	236.435.695
		236.021.541		236.021.541	240.771.920
	Total de amortizações.....		217.560.719		
	Total dos ajustamentos.....				
	<b>Total do activo</b>	<b>2.325.724.427</b>	<b>217.560.719</b>	<b>2.108.163.708</b>	<b>2.061.008.120</b>

B G h

## EMPRESA: METRO DO PORTO, S.A.

BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 2009		Unidade EUROS	
Código das Contas	Situação líquida e passivo	2009	Dezembro 2008
	<b>Situação líquida</b>		
51	Capital.....	7.500.000	7.500.000
521	Acções (quotas) próprias- Valor nominal.....		
522	Acções (quotas) próprias- Descontos e prémios.....		
53	Prestações acessórias.....	179.033	179.033
54	Prémios de emissão de accoes (quotas).....		
55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas.....	54.687	54.687
56	Reservas de reavaliação.....		
	<b>Reservas:</b>		
571	Reservas legais.....		
572	Reservas estatutárias.....		
573	Reservas contratuais.....		
574 a 579	Outras reservas.....		
59	Resultados transitados.....	(554.914.908)	(406.377.060)
	Subtotal.....	(547.181.188)	(398.643.340)
88	Resultado Líquido do exercício.....	(81.020.658)	(148.619.199)
89	Dividendos antecipados.....		
	Subtotal.....	(628.201.846)	(547.262.539)
581	Prestações do concedente (n.º 5 da Base XXVII).....	506.998.342	478.961.360
	<b>Total da situação líquida.....</b>	<b>(121.203.503)</b>	<b>(68.301.179)</b>
	<b>Passivo:</b>		
	<b>Provisões:</b>		
291	Provisões para pensões.....		
292	Provisões para impostos.....		
293/8	Outras provisões.....	14.417.825	14.417.825
		14.417.825	14.417.825
	<b>Dividas a terceiros - Medio e longo prazo:</b>		
	<b>Emprestimos por obrigações:</b>		
2322	Não convertíveis.....		
233	Emprestimos por títulos de participação.....		
231+12	Dividas a instituições de crédito.....	1.764.039.069	1.734.039.069
269	Adiantamentos por conta de vendas.....		
251+255	Outros accionistas (socios).....		
239	Outros empréstimos obtidos.....		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c.....		
262/8+211	Outros credores.....	183.917.812	183.917.812
		1.947.956.881	1.917.956.881
	<b>Dividas a terceiros - Curto prazo:</b>		
	<b>Emprestimos por obrigações:</b>		
2322	Não convertíveis.....		
233	Emprestimos por títulos de participação.....		
231+12	Dividas a instituições de crédito.....	98.423.041	32.077.084
269	Adiantamentos por conta de vendas.....		
221	Fornecedores, c/c.....	23.726.216	15.242.074
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência.....		
222	Fornecedores - Títulos a pagar.....		
2612	Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar.....		
252	Empresas do grupo.....		
253+254	Empresas participadas e participantes.....		
251+255	Outros accionistas (socios).....		
219	Adiantamentos de clientes.....		
239	Outros empréstimos obtidos.....		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c.....	40.385.728	28.213.983
24	Estado e outros entes públicos.....	413.346	226.691
262/8+211	Outros credores.....	9.608.366	16.963.896
		172.556.697	92.723.728
	<b>Acrescimos e diferimentos:</b>		
273	Acrescimos de custos.....	16.901.839	24.776.715
274	Proveitos diferidos.....	77.533.969	79.434.150
		94.435.808	104.210.864
	<b>Total do passivo.....</b>	<b>2.229.367.211</b>	<b>2.129.309.299</b>
	<b>Total da situação líquida e do passivo.....</b>	<b>2.108.163.708</b>	<b>2.061.008.120</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 30 DE JUNHO DE 2009

Unidade: EUROS

Código das contas		2009		2008	
	Custos e perdas				
61	Custo das mercadorias vendidas e das materias consumidas				
	Mercadorias .....				
	Materias .....				
62	Fornecimentos e servicos externos .....		50.223.720		39.668.758
641+642	Custos com o pessoal :				
	Remunerações .....	2.021.407		2.013.828	
	Encargos sociais :				
643+644	Pensões .....		2.586.608	635.532	2.649.360
645/8	Outros .....	565.201			
662+663	Amortizações do imobilizado corporeo e incorporeo .....	25.944.144		25.237.284	
67	Provisões .....		25.944.144		25.237.284
63	Impostos .....	1.039.847		2.721.547	
65	Outros custos e perdas operacionais .....	22.442	1.062.288	20.632	2.742.179
	(A) .....		79.816.761		70.297.582
682	Perdas em empresas do grupo e associadas .....				
683+684	Amort. e provisões de aplicações e inv. financeiros .....				
681+685/8	Juros e custos similares				
	Relativo a empresas do grupo .....				
	Outros .....	24.558.032	24.558.032	32.354.407	32.354.407
	(C) .....		104.374.793		102.651.989
69	Custos e perdas extraordinarios .....		228.263		10.319
	(E) .....		104.603.056		102.662.308
86	Imposto sobre o rendimento do exercicio .....				
	(G) .....		104.603.056		102.662.308
88	Resultado liquido do exercicio .....		(81.020.658)		(80.618.170)
			23.582.398		22.044.138
	Proveitos e ganhos				
71	Vendas				
	Mercadorias .....				
	Produtos .....				
72	Prestações de servicos .....	17.150.062	17.150.062	16.378.681	16.378.681
75	Variacao da producao .....				
73	Trabalhos para a propria empresa .....			40.540	
74	Proveitos suplementares .....	33.800		5.179.494	
76	Subsidios a exploração .....	5.586.928	5.620.728		5.220.034
	Outros proveitos e ganhos operacionais .....				
	(B) .....		22.770.789		21.598.715
782	Ganhos em empresas do grupo e associadas .....	94.181			
784	Rendimentos de participacoes de capital .....				
7812+7815/6+783	Rendimentos de titulos negociaveis e de outras aplic. financeiras				
	Relativo a empresas do grupo .....				
	Outros .....				
7811+7813/4/7818+	Outros juros e proveitos similares				
+785/8	Relativo a empresas do grupo .....			392.688	392.688
	Outros .....	12.288	106.469		
	(D) .....		22.877.258		21.991.402
79	Proveitos e ganhos extraordinarios .....		705.139		52.736
	(F) .....		23.582.398		22.044.138
	RESUMO :				
	Resultados operacionais : (B) - (A) = .....		(57.045.972)		(48.698.867)
	Resultados financeiros : (D-B) - (C-A) = .....		(24.451.563)		(31.961.719)
	Resultados correntes : (D) - (C) = .....		(81.497.535)		(80.660.586)
	Resultados antes de impostos : (F) - (E) = .....		(81.020.658)		(80.618.170)
	Resultado liquido do exercicio : (F) - (G) = .....		(81.020.658)		(80.618.170)

a) Os subsidios à exploração contém indemnizações compensatórias de m€ 5.587 não atribuídas pelo Governo.